



ÍNDICE

<u>INTRODUÇÃO:</u>	<u>2</u>
<u>PORTUGAL FACE AOS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE: UMA NOVA DINÂMICA</u>	<u>2</u>
<u>ENQUADRAMENTO</u>	<u>5</u>
<u>LINHAS ORIENTADORAS E EIXOS</u>	<u>6</u>
<u>OBJECTIVOS E DIRECTIVAS COMUNITÁRIAS E NACIONAIS: ARTICULAÇÃO</u>	<u>9</u>
A ARTICULAÇÃO COM O PNE	9
A ARTICULAÇÃO COM O PNI	10
A ARTICULAÇÃO COM O PNAI	13
A ARTICULAÇÃO COM O PNCV	16
A ARTICULAÇÃO COM O PNACE	20
A ARTICULAÇÃO COM O PNLCDT	23
<u>O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE PENEDONO</u>	<u>30</u>
1º EIXO – PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA	30
2º EIXO – MELHORIA DOS NÍVEIS EDUCACIONAIS DA POPULAÇÃO	35
3º EIXO – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	39
4º EIXO – MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO	45
5º EIXO – PROMOÇÃO DO TURISMO CULTURAL E PATRIMONIAL	49
6º EIXO – CONSOLIDAÇÃO DAS PARCERIAS E DINAMIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	52
<u>CONCLUSÃO DO PDS</u>	<u>55</u>
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>56</u>

INTRODUÇÃO:

PORTUGAL FACE AOS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE: UMA NOVA DINÂMICA

Portugal necessita consolidar uma mudança de trajectória económica, social e ambiental num claro sentido de sustentabilidade. Ao procurar identificar os **desafios** que se podem considerar como mais importantes nessa mudança de trajectória, considera-se que:

_ A posição das pequenas economias abertas, de desenvolvimento intermédio, como a de Portugal, no horizonte 2015 dependerá do modo como se tiverem conseguido adaptar às grandes tendências pesadas que atravessam o período, e se prolongam para além dele.

Neste sentido, identificaram-se **sete desafios** que materializam a adaptação a essas tendências pesadas:

_ Reforçar a sintonia com a Dinâmica do Comércio Internacional, através de um reforço da atractividade;

_ Fixar talentos e qualificar Recursos humanos;

_ Utilizar plenamente as oportunidades abertas pelas tecnologias da informação e comunicação;

_ Valorizar e proteger as dimensões estratégicas dos territórios;

_ Assegurar a protecção ambiental, gerando novas actividades;

_ Ser flexível na organização social, sem comprometer a coesão social;

_ Gerir riscos, gerando poupanças para investimento reprodutivo;

O **Grande Desígnio** que enforma a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) é o de:

_ Fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social

Este Grande Desígnio só poderá ser atingido se forem prosseguidos o seguinte conjunto de seis Objectivos:

_ O **primeiro objectivo** da ENDS consiste na alteração em profundidade da actual situação no que respeita à qualificação da população activa, à formação ao longo da vida e à disponibilidade de competências necessárias para um maior potencial de inovação das empresas, como para o cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do Ambiente, num contexto de crescente complexidade, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “sociedade do conhecimento”.

_ O **segundo objectivo** da ENDS visa assegurar um crescimento mais rápido à economia portuguesa, que permita retomar a dinâmica de convergência, tal objectivo deverá assentar num crescimento mais rápido da produtividade, associado a um forte investimento nos sectores de bens transaccionáveis, o que para ser compatível com a criação de emprego exige uma mudança no padrão de actividades do país, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional; esse crescimento deverá ser menos intensivo em consumos energéticos e recursos naturais, aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas do País, incluindo património, cultura, conhecimentos e competências.

_ O **terceiro objectivo** da ENDS pretende assegurar um modelo de desenvolvimento que integre a protecção do ambiente numa sociedade em que a protecção do ambiente assenta sobretudo na prevenção e valorização e em que o

património natural seja assumido como valor a evidenciar e factor de diferenciação positivo.

_ O **quarto objectivo** da ENDS consiste em contribuir para reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal na Europa, actuando ao nível das redes, do sistema urbano e da competitividade e atractividade das cidades e áreas metropolitanas, assegurando uma melhor articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território conducente à salvaguarda do seu valor estratégico no longo prazo, ao mesmo tempo que se promovem padrões mais elevados de qualidade de vida em todo o território nacional.

_ O **quinto objectivo** da ENDS pretende assegurar que as instituições responsáveis pela satisfação de necessidades básicas na área da saúde, educação, formação e segurança social sejam capazes de suportar o choque do “envelhecimento da população e do “amadurecimento” etário da população activa hoje residente, num quadro de coesão e equidade sociais, sem provocarem um descontrolo das finanças públicas e uma carga adicional de impostos.

_ O **sexto objectivo** da ENDS compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo, e contribuir de forma empenhada para os esforços crescentes da comunidade internacional no sentido da sustentabilidade dos ecossistemas e o equilíbrio ambiental do planeta no seu todo.

ENQUADRAMENTO

Depois da elaboração e aprovação do Diagnóstico Social impõe-se, nesta fase, a constituição do Plano de Desenvolvimento Social do concelho e do subsequente Plano de Acção.

O presente documento é consonante com os objectivos e estratégias que figuram no documento que o precede, embora o mesmo apresente um formato mais completo, ou seja, tanto os objectivos a alcançar como as estratégias a utilizar terão não só em consideração os estudos e conclusões do Diagnóstico Social como também orientações nacionais e europeias. Decorrente da preliminar identificação das problemáticas e a sua definição em seis eixos estratégicos, é possível delinear, numa perspectiva concertada, as móbiles que fundamentam a intervenção e o respectivo *modus operandi*. Esta estratégia constituir-se-à em grandes objectivos, os *eixos estratégicos*, que por sua vez se desmembram em *objectivos gerais* e *específicos*. A intervenção propriamente dita, será consolidada através de *finalidades*, *estratégias* e *indicadores* específicos para cada eixo. Fundamentais – e paralelos – a toda a intervenção são os recursos, já alinhados no Diagnóstico Social, em articulação com as respectivas problemáticas e prioridades.

O programa Rede Social tem como intento primordial o combate à pobreza e exclusão social, numa perspectiva de incentivo às redes de apoio social integrado, de âmbito local. Por outras palavras, trata-se de elevar as problemáticas específicas de cada concelho, apelando à descentralização de recursos e meios de acção, onde as entidades concelhias, públicas e privadas, assumem especial importância. Ora, o Plano de Desenvolvimento Social, que se apresenta, não é mais do que um planeamento integrado e sistémico, de âmbito interinstitucional, que pressupõe dar respostas e/ou linhas orientadoras para a colmatação das necessidades prementes do concelho. Tem em vista não só a produção de efeitos correctivos das debilidades sociais, mas também produzir mecanismos preventivos desses desequilíbrios, nomeadamente através de um processo de animação das comunidades locais e da indução do processo de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações, nas suas necessidades individuais e colectivas. É, portanto, um

instrumento pró-activo que delinea o cenário social desejável, procurando concretizá-lo, tendo por base um fórum de desenvolvimento social.

Como foi referenciado anteriormente, as medidas pretendem-se adequadas às necessidades sinalizadas no concelho de Penedono, contudo, o Plano de Desenvolvimento Social surge, inevitavelmente, associado a outros Planos de Acção, sejam eles nacionais, regionais ou mesmo normas europeias. Estes documentos revelam-se o suporte do PDS visto que, em última análise, propugnam uma sociedade mais justa, onde se pretende elevar a igualdade de oportunidades e erradicar a exclusão social.

LINHAS ORIENTADORAS E EIXOS

O Plano de Desenvolvimento Social insere-se num processo de planeamento que procura dar resposta às necessidades locais. Processa-se desenhando orientações e intervenções com vista à mudança social, numa perspectiva realista e operacionalizável. Teve por base as problemáticas identificadas no diagnóstico social e a sua inter - relação.

Linhas Orientadoras	Eixos	Problemas
-Criar condições/políticas concelhias a nível económico e social que visem melhorar a situação social da população e permitam atenuar a questão do desemprego. -Promover o dinamismo das pequenas e médias empresas, estimulando projectos empresariais em diversas áreas promovendo, assim, o emprego; -Dar a conhecer os incentivos nacionais e comunitários para a criação do próprio emprego. -Criar mecanismos para dar a conhecer, facilitar e divulgar o emprego, de forma a agilizar a inserção na vida activa; -Melhorar a qualificação escolar e profissional, apostando no combate ao insucesso e abandono escolar. -Melhorar e generalizar as oportunidades de acesso à sociedade de informação; -Adequar os cursos oferecidos pelos estabelecimentos de ensino, às necessidades de emprego local e regional, com especial ênfase em cursos tecnológicos; -Diminuir o fosso entre pais/encarregados de educação, escola e comunidade; -Atenuar as causas das situações de disfuncionalidade social. -Combater a pobreza e exclusão.	Eixo I Promoção da empregabilidade e transição para a vida activa	- Elevada taxa de desemprego - Baixa qualificação da população - Falta de empreendedorismo - Fraco tecido empresarial -Localização geográfica desfavorável do Concelho
	Eixo II Melhoria dos níveis educacionais da população	- Descontinuidades sentidas entre a trajectória escolar dos alunos e a integração no mercado de trabalho, em termos de qualificações, desempenhos e competências; - Elevada percentagem da população com baixos níveis de escolaridade; - Conceito negativo e atitude desinteressada e pouco empenhada das famílias face à escola; - Insuficiente número de estruturas de apoio/orientação escolar e profissional; - Insucesso e abandono escolar
	Eixo III Promoção da cidadania e integração social	-Número significativo de pessoas idosas sem apoio familiar e com poucos recursos económicos; -Número significativo de indivíduos que consomem substâncias psico-activas, sobretudo álcool; -Ausência de acompanhamento psicossocial a grupos vulneráveis à exclusão social

Linhas Orientadoras	Eixos	Problemas
- Melhorar o parque habitacional e as condições habitacionais da população sobretudo da população mais idosa e com baixos recursos; - Implementar projectos com a finalidade de proporcionar à população competências básicas para a manutenção e gestão da habitação; - Criar espaços de lazer para a população em geral, aproveitando as associações culturais e recreativas do concelho; - Informar e sensibilizar a população para a separação de lixo e para a supressão de atitudes inimigas do ambiente; - Incrementar a mobilidade dos cidadãos para que estes tenham total acesso aos serviços médicos, locais e distritais, através de uma rede de transportes mais acessível; -Potenciar e dinamizar iniciativas para dar a conhecer ao público a riqueza patrimonial e cultural do concelho; - Tornar o turismo uma alternativa económica para o desenvolvimento do Concelho; -Criar percursos turísticos e de itinerários para facilitar a mobilidade; - Sensibilizar e dotar de competências os dirigentes institucionais, no âmbito das estratégias para o desenvolvimento social integrado; -Realizar actividades em parceria; -Dinamizar as parcerias que integram a Rede Social.	Eixo IV Melhoria da qualidade de vida da população	- Baixos recursos financeiros das famílias face às despesas inerentes à habitação; - Elevado número de habitações degradadas no concelho; -Falta de uma resposta eficiente a nível da saúde; - Dificuldade de mobilidade da população ao acesso a serviços em geral; - Zonas verdes com grande potencial que se encontram subvalorizadas;
	Eixo V Promoção do turismo cultural e patrimonial	- Parco investimento económico público e privado; - Escassa divulgação do concelho, em matéria de actividades culturais, recreativas e patrimoniais; - Reduzida rentabilização da herança patrimonial e cultural existente no concelho;
	Eixo VI Consolidação das parcerias e dinamização do desenvolvimento social	- Insuficiente envolvimento das entidades parceiras; - Ausência de uma plataforma de informação comum aos parceiros; - Falta de dinamização das associações por escassez de espírito empreendedor; - Défice de articulação entre as diferentes associações do concelho; - Sub-aproveitamento das estruturas desportivas e recreativas existentes no concelho. - Escassez de recursos.

OBJECTIVOS E DIRECTIVAS COMUNITÁRIAS E NACIONAIS: ARTICULAÇÃO

No âmbito do presente documento interessa, essencialmente, a articulação com planos específicos, tais como o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI), o Plano Nacional Contra as Drogas e as Toxicodependências, Plano Nacional contra a Violência Doméstica (PNCV) e o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE).

A articulação com o PNE

É um facto que o emprego, ou a actividade profissional, é o principal mecanismo de inclusão social. Sendo este um dos propósitos do PDS, faz todo o sentido que se aprofunde este Plano de Acção, visto que são notórios os aspectos comuns entre ambos.

De acordo com o PNE 2005/2008, a taxa de desemprego neste país tem conhecido grandes derrapagens, que infelizmente tendem para o seu aumento. Cada vez mais, se assiste a um aumento do desemprego de longa duração e ao consequente recurso a trabalhos, ou vínculos laborais, precários, nomeadamente em indivíduos com baixos níveis de escolaridade e, ao contrário, em indivíduos com formação académica superior. Por estes motivos, o referido plano apresenta cinco grandes desafios, encarados como grandes prioridades, que visam o aumento da taxa de empregabilidade do país e que se pretendem implementados até ao ano de 2008. São eles:

- Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego;
- Antecipar e gerir positivamente as reestruturações;
- Promover a flexibilidade com segurança no emprego;
- Reforçar a educação e qualificação da população;
- Modernizar o sistema de protecção social.

Associado aos desafios supra-enunciados o PNE promove, igualmente, um programa de intervenção específico para os diferentes públicos-alvo. Desde a rápida inserção na vida activa de jovens, passando pela fomentação de um *envelhecimento activo* e culminando no relançamento da abordagem das políticas

de emprego, ao nível das instituições. No que concerne às camadas mais jovens, cuja formação esteja compreendida entre a escolaridade mínima e um grau académico superior, pretende-se, essencialmente, potenciar o aumento de estágios profissionais ou apoios à criação do próprio emprego. Por outro lado, este plano vem desincentivar a saída precoce do mercado de trabalho, através da alteração da idade da reforma e da promoção de actividades ocupacionais variadas. Ao nível das entidades empregadoras, o PNE pretende alterar o modelo de gestão e governação dos programas de base territorial, através de visitas às empresas, apoios à contratação e formação profissional, criação de unidades especiais para grandes empregadoras e muitas outras medidas de âmbito genérico, como a prevenção de riscos profissionais, as relações laborais e mesmo a autonomização do Salário Mínimo Nacional. Não obstante, critério transversal a este plano é o investimento em capital humano mais e melhor formado e, por isso, mais competente.

Ora, todas estas prioridades de estratégia vão de encontro ao PDS do concelho de Penedono, senão vejamos: de acordo com o diagnóstico social, o desemprego e a educação/ formação foram, ainda que de uma forma mais ou menos directa, sinalizados como eixos cuja intervenção é considerada extremamente necessária. Ora o PNE faculta as orientações base para se delinear uma estratégia de intervenção no concelho que seja concordante com as orientações europeias e coerente a nível nacional.

A articulação com o PNI

Em 1997, o convénio que instituíu a Comunidade Europeia foi substituído pelo Tratado de Amesterdão. Com esta alteração verificou-se uma maior importância nas questões de igualdade de género, no quadro da cooperação Comunitária, tornando-se esta temática um dos objectivos fundamentais da União Europeia. Daqui surge o conceito de *mainstreaming*. Esta é uma questão estrutural que implica a mobilização de todos, independentemente do sexo, visto que não se pode *compartimentar os interesses das mulheres e dos homens em áreas de intervenção distintas, quando afinal os problemas dizem respeito e têm implicações concretas na vida de todos*. Assim, o PNI vai muito além da salvaguarda dos direitos de cada uma

das partes é, sim, uma perspectiva mais ampla da cidadania, desenvolvimento sustentável e do reconhecimento da importância da qualidade de vida e liberdade de todos os seres humanos. O respectivo documento subdivide-se em duas grandes áreas de intervenção:

1ª – Medidas estruturantes ao nível da Administração Pública, onde se comprometem e abrangem todos os ministérios, com a criação de equipas representativas, interdepartamentais, destinadas a disseminarem a temática da igualdade e assegurar a implementação do Plano.

2ª – Medidas por áreas de intervenção, nas quais o papel catalizador do Estado se completa com a colaboração de agentes institucionais e sociais. As áreas de intervenção são quatro: *actividade profissional e vida familiar, educação, formação e informação, cidadania e inclusão social e cooperação com os países da CPLP* (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Estas áreas são compostas por capítulos específicos e prevêem não só medidas específicas, mas também de âmbito global, numa perspectiva de entrecruzamento das problemáticas. Assim sendo, no que concerne à intervenção estrutural na Administração Pública, destacam-se alguns eixos:

I – Formação em matéria de igualdade de género de todos os membros das equipas interdepartamentais, já referidas, bem como de outros funcionários cuja acção seja particularmente relevante para a promoção da igualdade, no âmbito da esfera de intervenção de cada Ministério;

II – Aperfeiçoamento do sistema jurídico mediante a inclusão da dimensão de género, na preparação dos diplomas legais, com especial incidência nas quatro áreas de intervenção, anteriormente mencionadas;

III – Adopção de medidas de acção positiva, tendo em vista uma gestão do pessoal de cada Ministério, que seja promotora da igualdade de oportunidades, especialmente no combate à segregação horizontal e vertical, e na promoção da representação equilibrada de homens e mulheres nas esferas de tomada de decisão, bem como o apoio à conciliação profissional e familiar.

Para que esta implementação se efective, tem que existir, necessariamente, uma optimização de recursos e meios financeiros disponíveis, sem nunca esquecer

ou desvalorizar a cooperação de entidades públicas, privadas e da comunidade em geral.

Por outro lado, nas *medidas por áreas de intervenção*, são diagnosticadas várias lacunas, directamente associadas a um contexto específico, onde se prevêem inúmeras medidas interventivas, das quais se destacam algumas:

1ª Área de intervenção: Actividade profissional e vida familiar

I – Assegurar e reforçar o cumprimento dos direitos em matéria de igualdade de oportunidades no trabalho e emprego e de protecção na maternidade e paternidade, bem como a introdução de uma cultura de igualdade de género na sociedade em geral e nas empresas em particular;

II – Adopção de medidas específicas destinadas a apoiar e incentivar o auto-emprego e as iniciativas empresariais de mulheres, sem descurar também a facilitação do acesso a iniciativas de reconversão profissional, de forma a melhorar a sua empregabilidade;

III – Criação de estruturas de apoio social que facilitem a conciliação da vida profissional e familiar, nomeadamente vocacionadas para apoio a descendentes, ascendentes ou outros dependentes.

2ª Área de intervenção: Educação, formação e informação

I – Integração progressiva da igualdade de género e de oportunidades entre homens e mulheres nos currículos, programas e materiais pedagógicos com o objectivo de uma real implementação de coeducação e da educação para a paridade;

II – Sensibilização para a maternidade e paternidade responsáveis que, em termos práticos, se reflecte na prevenção da gravidez na adolescência, no apoio a jovens mães, a vítimas de violência doméstica e até nos direitos reprodutivos das mulheres;

III – Incentivo e promoção do acesso das mulheres, especialmente as pertencentes a grupos mais desfavorecidos e/ou socialmente excluídos, à criação e fruição dos bens e manifestações culturais nas suas múltiplas formas e expressões.

3ª Área de intervenção: Cidadania e inclusão social

I – Promoção do equilíbrio entre mulheres e homens nos sistemas de representação política a todos os níveis, particularmente nos órgãos de poder local;

II – Adopção de medidas de acção positiva em áreas como o trabalho e emprego, formação profissional e protecção social, dirigidas a grupos especialmente vulneráveis ou marginalizados;

4ª Área de intervenção: *Cooperação com as Comunidades de Países de Língua Portuguesa (CPLP)*

I – Impulso a programas integrados de cooperação, de forma a fomentar a troca de experiências e implementação de projectos concretos, em matéria de igualdade de género.

A articulação com o PNAI

O processo de inclusão social concertou, no *Conselho Europeu de Nice*, realizado em Dezembro de 2000, quatro grandes objectivos comuns para a luta contra a pobreza e exclusão social, reforçando a estratégia de crescimento, competitividade e coesão do *triângulo de Lisboa*:

I – Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, direitos, bens e serviços;

II – Prevenir os riscos de exclusão;

III – Actuar em favor dos mais vulneráveis;

IV – Mobilizar todos os intervenientes no processo.

Estes objectivos comuns constituem a base dos planos nacionais de acção bienais, apresentados pelos Estados-Membros à Comissão Europeia. Estes planos enunciam os propósitos e as prioridades em matéria de luta contra a pobreza e exclusão social, por um período de dois anos, e incluem uma descrição das medidas políticas já aplicadas ou previstas neste âmbito. O intuito é evidenciar as boas práticas e os principais indicadores/modalidades de acompanhamento, que permitam apreciar os progressos alcançados em relação a cada um dos objectivos. De acordo com estes pressupostos, o PNAI 2003-2005 desenvolve-se nos seguintes eixos estratégicos:

I – Articulação do desenvolvimento económico do país com as necessidades de melhoria da coesão social e a eliminação dos factores estruturais favorecedores de processos de exclusão social;

II – Integração do objectivo da coesão social nas diversas políticas sectoriais, dando particular atenção às políticas relativas à sociedade da informação e do conhecimento;

III – Modernização dos sistemas de protecção social, enquanto instrumentos especialmente vocacionados para o combate à pobreza;

IV – Desenvolvimento de programas integrados dirigidos a segmentos sociais e territórios confrontados com situação de pobreza e exclusão social;

V – Expansão, desenvolvimento e qualificação da rede de serviços e equipamentos sociais;

VI – Promoção da igualdade de facto entre mulheres e homens, quer na esfera pública, quer na privada, enquanto condição de democracia, pressuposto de cidadania e garante da autonomia e da liberdade individuais;

VII – Mobilização para a participação de todos os intervenientes aos níveis central, regional e local, promovendo o envolvimento das entidades públicas e privadas, dos parceiros sociais e da própria comunidade, no sentido de orientar as intervenções futuras, de acordo com os interesses colectivamente assumidos e uma utilização racional dos recursos, tendo em consideração, nesse propósito, a dimensão de género.

O período de implementação deste processo terminava, assim, em 2005, no entanto, o mesmo foi alvo de um aditamento nas suas linhas de orientação, para se proceder ao seu alargamento até ao ano de 2006. Apesar de a base do processo ser a mesma, alguns objectivos sofreram alterações, que vão de encontro à racionalização do método aberto de coordenação que o PNAI tem implícito. Assim, O PNAI 2005-2006 vem simplificar os processos de coordenação já existentes, potenciando uma abordagem descentralizada das problemáticas e uma participação mais activa dos parceiros públicos, privados e da comunidade em geral, com vista a um acompanhamento multilateral e aprendizagem mútua. Cumulativamente, surgiram as linhas orientadoras do PNAI que integra o ano

corrente e se estende até 2008. É neste que se focaliza a abordagem e se pretende a efectiva articulação com este PDS.

As novas orientações do PNAI (2006/2008) vão de encontro às conclusões do Brussels European Council, datado de 2005, no qual foram revistos os pressupostos da *Estratégia de Lisboa* que, cinco anos depois de lançada, necessitava de uma acção urgente nas reformas anteriormente previstas, apesar do inegável sucesso da mesma. Assim, este relançamento passa, sobretudo, por um novo enfoque nas prioridades em crescimento e empregabilidade. Pretende-se, então, um aumento do potencial de crescimento, produtividade, coesão e inclusão social, enfatizando a área do conhecimento e a optimização do capital humano. A articulação entre a *Estratégia de Lisboa* e o PNAI, sustenta-se num eixo que prevê o crescimento e a empregabilidade como factor crucial para a coesão social estendendo, para tal, o número de anos de vida activa e a reforma do sistema de protecção social. Assim, a coesão social e a inclusão surgem directamente associadas a factores como a qualidade e produtividade no local de trabalho, reformas no sector de protecção social estatal e promoção de igualdade de oportunidades, nomeadamente entre homens e mulheres. Neste sentido, as novas orientações do PNAI 2006/2008 assumem estrategicamente os seguintes pólos/medidas de acção:

- I – Responder à fraca implementação dos Planos Nacionais, através da mobilização/participação de todos os actores relevantes;
- II – Melhorar a coordenação com outras estratégias;
- III – Aumentar o focus estratégico;
- IV – Promover o *mainstreaming* e a coordenação
- V – Manter e reforçar a abordagem multi-dimensional
- VI – Fortalecer os mecanismos de governância, através de uma articulação local, regional e nacional promovendo, desta forma, a consciencialização pública;
- VII – Melhorar os mecanismos de monitorização e avaliação, impulsionando o intercâmbio de conhecimentos e aprendizagens.

Decorrentes destas medidas, e porque o objectivo global do PNAI é a optimização de recursos para a obtenção de mais e melhores resultados – ou

streamlining –, surgem objectivos transversais dos quais, por razões óbvias, se destacam aqueles que focam os aspectos inerentes à inclusão social. São eles:

I – Garantir o acesso de todos aos recursos, direitos e serviços sociais básicos, necessários à participação na sociedade ao mesmo tempo que se encontram respostas para formas extremas de exclusão e se combatem todas as discriminações conducentes à exclusão;

II – Garantir a inclusão social activa de todos, através da promoção da participação no mercado de trabalho e do combate à pobreza e à exclusão das pessoas e grupos mais marginalizados;

III – Garantir que as políticas de inclusão social são bem coordenadas e contam com o envolvimento de todos os níveis do governo e agentes pertinentes, que são eficientes e integrados em todas as políticas públicas relevantes, designadamente as económicas e orçamentais, de educação e formação e os programas dos fundos estruturais, que têm em conta a perspectiva da igualdade entre homens e mulheres.

A estrutura do recente PNAI introduz mudanças chave, ao nível das metas e objectivos ate ao ano de 2008. Estas prendem-se, basicamente, com as medidas políticas – existentes e a criar –, a afectação de recursos disponíveis e a implementação de indicadores e processos de monitorização. Concomitantemente, prevê-se uma melhor governância, através de processos de preparação adequados aos fins a atingir, coordenação das diferentes políticas, mobilização e *mainstreaming*.

A articulação com o PNCV

A violência doméstica é um velho problema que se vem arrastando ao longo dos tempos, e pode afectar mulheres, homens, crianças, idosos e deficientes. Neste sentido, e de forma a encontrar respostas urgentes para esta problemática, temos o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, que vigora de 2003 a 2006.

No entanto, considerando que:

- São as mulheres a grande maioria das vítimas de violência doméstica;
- Se conhece muito mal a realidade da violência praticada sobre crianças, pessoas idosas e pessoas deficientes (lacuna que se procurará colmatar, em parte, ao longo do período de vigência deste Plano);
- Que é a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres a dinamizadora deste Plano, sob a tutela do Ministro da Presidência;
- Que a CIDM não tem competências directas nas outras áreas que pressupõem situações de violência doméstica (crianças, pessoas idosas e pessoas deficientes);
- Que a violência sobre as mulheres radica na persistente desigualdade de condições entre as mulheres e os homens, e que muito embora nela sejam também englobadas outras formas de violência sobre as mulheres (assédio, tráfico, etc.), é a violência doméstica que causa o maior número de mortes de mulheres entre os 16 e os 44 anos.

Por todas estas razões, o Governo apresenta este II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica focalizado, principalmente, na violência doméstica exercida sobre as mulheres.

A sociedade, mulheres e homens, partilha representações sociais sobre o género e as relações entre os géneros, em todos os estratos sociais e profissionais. Os testemunhos das mulheres são tidos como pouco credíveis pela sociedade em geral e, por isso, muitas mulheres sentem-se prisioneiras isoladas no seu mundo de violência.

Muitas vezes, de vítimas transformam-se em acusadas; poucas acreditam na possibilidade de se libertarem da perseguição dos agressores ou de que estes venham a ser punidos. Suportam o insustentável na convicção de que estão a proteger os seus filhos, ignorando que, ao fazê-lo, estão a alimentar uma espiral de violência que levará a que alguns deles sejam mais tarde, novos agressores.

O II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica pretende mudar a situação vigente, marcando uma viragem no combate sem tréguas à violência doméstica sobre mulheres através das seguintes medidas:

I – Informação, Sensibilização e Prevenção

Uma maior sensibilização das cidadãs e dos cidadãos para o problema da violência doméstica passa por acções de informação e divulgação sobre os seus direitos e deveres. O Governo está empenhado em comprometer toda a sociedade no combate a um crime público que tem proporções inaceitáveis, pois a eficácia deste combate depende de todos os portugueses. Apostar na sensibilização e na prevenção, tanto dos adultos como das gerações mais novas, é um dos caminhos para alterar a actual situação.

II – Formação

A abordagem da temática da violência doméstica tem especificidades que exigem uma aproximação cuidada. É preciso lidar com este problema de forma profissional, disponibilizando formação continuada a todos os profissionais das mais diversas áreas e elementos da sociedade civil que, no seu dia a dia, lidam, em primeira linha, com as situações concretas.

III – Legislação e sua aplicação

Apesar de salvaguardados no nosso ordenamento jurídico desde 1976, a igualdade de direitos entre as mulheres e os homens será objecto de uma continuada atenção que poderá implicar, em determinadas circunstâncias, a revisão da lei. O poder judicial e as forças de segurança são, entre outros, parceiros imprescindíveis do Governo na garantia da aplicação das normas existentes.

Trata-se de garantir a integridade física e moral de mulheres, crianças, idosos/as e outras pessoas vulneráveis que são vítimas de violência doméstica.

IV – Protecção da Vítima e Integração Social

O combate à violência doméstica, pela complexidade de situações que estão na sua origem, só terá sucesso quando a sociedade assentar num modelo organizativo diferente: é preciso actuar tendo em vista um maior equilíbrio nos papéis desempenhados pelas mulheres e pelos homens na sociedade e na família. Infelizmente, este é um combate para muitos anos que obriga, no imediato, a assegurar uma protecção efectiva das vítimas que contemplará dois momentos diferentes: a assistência em situações de emergência social, que passa por uma

crescente implementação da rede de casas de apoio; e garantir que à ocasião difícil da ruptura se perspectiva um novo projecto de vida, o que só se consegue com uma eficaz reintegração social das vítimas e seus descendentes.

V – Investigação

É positiva a crescente visibilidade pública que tem merecido a problemática da violência doméstica, nomeadamente nos órgãos de comunicação social. Mas o Governo só poderá combater com máxima eficácia o que conhecer em profundidade. É ainda difícil entender toda a dimensão social e económica deste flagelo, pelo que é forçoso colmatar esta lacuna. O Governo promoverá estudos sectoriais, estabelecerá elos privilegiados com as universidades e com os organismos públicos e privados que financiam a investigação. É forçoso obter dados concretos, que permitam tirar conclusões e fazer projecções objectivas.

VI – Mulheres Emigrantes

O número de imigrantes que vivem entre nós tem uma dimensão muito significativa no conjunto da sociedade portuguesa. Da coexistência de várias comunidades, com valores e referências culturais tão diferentes resultam problemas novos, nomeadamente na área da violência doméstica. O Governo tem assumido de forma explícita que não consentirá na prática de qualquer forma de mutilação genital feminina em Portugal, e actuará nesse sentido. Na aplicação de todas as outras medidas deste Plano as mulheres imigrantes serão consideradas em igualdade de circunstâncias com as de nacionalidade portuguesa.

VII – Avaliação

Porque o Governo quer alcançar o óptimo, é necessário acompanhar a evolução, CIDM manterá um papel fundamental enquanto dinamizadora, ao longo de toda a execução, mas nesta área nada se fará sem o empenhamento transversal de organismos públicos e da sociedade civil. Para o cumprimento das medidas expressas, é essencial criar um mecanismo que avalie a sua aplicação.

A articulação com o PNACE

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 é um programa integrado e pragmático que Portugal vai desenvolver no contexto da União Europeia, face aos desafios colocados pela economia e pela sociedade globalizada em que tem que competir e se quer afirmar.

O programa é um guia para a concretização duma estratégia nacional de reformas e modernização concebida no quadro das referências e prioridades da Estratégia de Lisboa, assumindo-se como uma resposta global às linhas de orientação aprovadas pelo Conselho Europeu, nas suas dimensões macroeconómica, micro económica e de emprego, às recomendações gerais de política económica e de política de emprego para

Portugal formuladas pela Comissão Europeia, e às prioridades identificadas pela Comissão Europeia para Portugal no Quadro da elaboração do Plano Nacional de Reformas, designadamente a sustentabilidade das contas públicas e do deficit externo, a investigação e desenvolvimento e a inovação, a concorrência nos serviços, o emprego, a organização do mercado de trabalho, a educação e a formação ao longo da vida.

A elaboração do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008, teve ainda em conta as linhas de orientação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN 2007/2013), enquanto documento de enquadramento para as intervenções apoiadas pelos fundos estruturais e de coesão.

Com este Programa pretende-se mobilizar activamente os agentes públicos e privados para a concretização de um conjunto de políticas e de medidas concretas que visam promover a credibilidade, a confiança, a modernização e a coesão necessárias para a consolidação duma economia mais competitiva, de um quadro social mais justo, de uma sociedade inclusiva e promotora da igualdade de oportunidades para todos e de um ambiente com mais qualidade e sustentabilidade.

Face aos desafios colocados pela visão e pela estratégia e tendo em conta o quadro contextual de partida, as linhas de orientação aprovadas pelo Conselho

Europeu e as recomendações da Comissão Europeia formuladas no quadro das reuniões de trabalho bilaterais, são as seguintes as prioridades para a aplicação da Estratégia de Lisboa a Portugal, no âmbito do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008.

Domínio Macroeconómico

1. Fomentar o Crescimento, consolidar as contas públicas e controlar o deficit externo.
2. Reorientar a aplicação dos recursos públicos dando prioridade aos investimentos indutores de crescimento e criadores de emprego.
3. Garantir a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção social.
4. Desburocratizar os procedimentos no âmbito da função reguladora e fiscalizadora do Estado e melhorar as condições de livre concorrência.
5. Promover a concertação estratégica no domínio das relações laborais e das grandes opções de desenvolvimento do País.
6. Retomar um processo de convergência real com os níveis médios de rendimento da União Europeia.

Domínio Micro económico

1. Criar um ambiente de negócios mais atractivo para a iniciativa privada num contexto de regulação reforçada, desburocratizando procedimentos e desenvolvendo a cultura empresarial.
2. Incrementar o investimento em investigação e desenvolvimento, quer de origem pública quer de origem privada e promover a incorporação dos resultados nos processos produtivos, aumentando a competitividade das empresas portuguesas.
3. Promover a inovação, disseminar o acesso às tecnologias da informação de forma inclusiva, explorar vantagens competitivas e reforçar a capacidade de criação de valor pelas empresas.
4. Melhorar a eficiência dos mercados e, em particular, a regulamentação dos serviços, garantindo maior concorrência efectiva, maior competitividade e acesso a “inputs” produtivos em condições mais favoráveis.
5. Promover um uso mais sustentável dos recursos naturais.

6. Preservar um Estado Social dinâmico e evolutivo, promovendo a coesão social, territorial e ambiental.

Domínio da Qualificação, Emprego e Coesão Social

1. Reforçar a educação e a qualificação dos portugueses e adaptar os sistemas de educação e formação às necessidades de criação de novas competências

2. Promover a criação de emprego e atrair e reter o maior número de pessoas no emprego, prevenindo e combatendo o desemprego, nomeadamente de jovens e de longa duração.

3. Gerir de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial.

4. Promover a flexibilidade com segurança no emprego num quadro de reforço do diálogo e concertação social.

5. Modernizar o Sistema de Protecção Social.

6. Desenvolver o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo, a igualdade de oportunidades para todos, a reabilitação e a reinserção, a conciliação entre a vida social e profissional e a igualdade de género.

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005/2008 é um referencial de governação estratégica que visa assegurar crescimento económico e criação de emprego, num quadro de sustentabilidade das contas públicas, coesão social, competitividade, e desenvolvimento sustentável.

Constitui-se assim como um programa de iniciativa pública cuja concretização se fará em parceria activa com a sociedade civil e com a iniciativa privada e em que as políticas públicas se assumem como catalizadoras do processo de modernização e mudança.

A articulação com o PNLCDT

A Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 46/99, de 22 de Abril, para o período 1999/2004, publicada em Maio de 1999, constituiu, indubitavelmente, um marco na intervenção política. Este foi e é um documento estruturante, cujos princípios e fundamentos se mantêm genericamente actuais face às características da problemática e que se destacou, também, como um novo modelo de definição das políticas públicas na forma como foi elaborado.

Este processo amadureceu com a preparação do Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga e a Toxicodependência – Horizonte 2004, publicado em 2001, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 39/2001, de 9 de Abril.

Ao nível da União Europeia, a aprovação pelo Conselho Europeu, em Dezembro de 2004, da Estratégia de UE de Luta contra a Droga 2005-2012, cujo objectivo fundamental é valorizar as estratégias nacionais “...*respeitando embora os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade consignados nos Tratados*”, representa a continuidade da abordagem integrada e equilibrada, agora a nível comunitário, das linhas de acção adoptadas pela 20ª Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas. É de referir que a Estratégia da UE determina que “os *Estados-Membros deverão considerar o impacto das suas Estratégias nacionais sobre os outros Estados-Membros...*”.

A Estratégia Europeia concentra-se em dois domínios de acção – a redução da procura e a redução da oferta – e em dois temas transversais – a cooperação internacional e a investigação, informação e avaliação – e atribui a coordenação da política para a droga da UE ao Grupo Horizontal Drogas (GHD), grupo *transpilar* do Conselho da União Europeia cujas funções consistem na definição de uma política clara e coerente de luta contra a droga, a aprovar pelo Conselho, e na prossecução da implementação dessa política em nome do Conselho.

Em Portugal, a definição de um Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012 inscreve-se necessariamente no enquadramento multilateral e comunitário já referidos, adaptando-os à realidade nacional e tendo

em conta os vários documentos nacionais que o estruturam e balizam, designadamente, e para além dos já mencionados, o Programa do XVII Governo Constitucional, as Grandes Opções do Plano para 2005-2009, o Orçamento de Estado para 2005, o Plano Nacional de Saúde 2004 – 2010 e a “Carta de Missão” apresentada pelo actual Coordenador Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência ao Senhor Ministro da Saúde.

Os seis objectivos gerais da estratégia ENLCD 1999 continuam actuais e convém lembrá-los:

1.º Contribuir para uma adequada e eficaz estratégia internacional e europeia face ao problema mundial da droga, nas vertentes da redução da procura e da oferta, incluindo o combate ao tráfico ilícito e ao branqueamento de capitais;

2.º Assegurar uma melhor informação da sociedade portuguesa sobre o fenómeno da droga e da toxicodependência e sobre a sua evolução, bem como sobre a perigosidade das diferentes drogas, numa perspectiva de prevenção;

3.º Reduzir o consumo de drogas, sobretudo entre os mais jovens;

4.º Garantir os meios necessários para o tratamento e a reinserção social dos toxicodependentes;

5.º Defender a saúde pública e a segurança de pessoas e bens;

6.º Reprimir o tráfico ilícito de drogas e o branqueamento de capitais.

São 6 os Eixos contemplados neste Plano:

* Áreas Transversais

- Coordenação
- Cooperação internacional
- Informação, investigação, formação e avaliação,
- Reordenamento jurídico

* Áreas de Missão

- Redução da procura
- Redução da oferta

Os primeiros eixos são entendidos como áreas transversais na medida em que perpassam, apoiam e congregam as propostas e práticas dos outros eixos, permitindo deste modo uma visão integrada que confere uma legitimação e sustentabilidade global às políticas de intervenção na área das toxicodependências.

Neste momento, encontramos-nos num período de transição de Quadro Comunitário de Apoio (QCA), estando a ser elaborado o IV QCA que se irá denominar de Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), encontrando-se assim em preparação novos instrumentos que orientarão a aplicação dos fundos comunitários.

Também a nível local, o PDM encontra-se em revisão.

Adequando os vários Planos Nacionais ao Plano de Desenvolvimento Social deste concelho, as dimensões a considerar são em tudo comuns. De uma forma genérica, é fácil concluir que estes planos de âmbito nacional convergem, em ultima análise, para a fomentação da inclusão social, seja através da criação de pleno emprego, da erradicação da pobreza, ou ao nível da igualdade de oportunidades. É esta articulação e complementaridade que torna a execução destes planos fundamental, pois os mesmos permitem a prossecução de ideais, valores e linhas de acção que visam garantir os direitos (e deveres) dos cidadãos. Daí a necessidade de os tornar a base do presente documento – o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Penedono.

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO (2006/2008)

<i>Medidas</i>	<i>EIXOS DO PDS</i>					
	I	II	III	IV	V	VI
Prioridade I: Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania: - Programa de habitação, destinados a famílias com graves carências habitacionais - Promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas, combatendo o isolamento, a desertificação e a exclusão em zonas deprimidas. - Promover acções de apoio à criação de emprego, formação, qualificação e apoio técnico e financeiro junto de pessoas com particulares dificuldades de inserção no mercado de trabalho. - Promover o apoio técnico e financeiro para a criação do auto-emprego, junto de pessoas com particulares dificuldades de inserção no mercado de trabalho. - Formar e qualificar famílias com crianças e jovens abrangidas por medidas de promoção e protecção em meio natural de vida. - Disponibilizar refeições equilibradas às crianças que frequentam o 1º ciclo do ensino básico, para corrigir as desigualdades no acesso destes alunos a refeições escolares comparativamente aos de outros ciclos/níveis de ensino. - Apoiar o alargamento, desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental, apostando nomeadamente na criação de novos lugares em respostas sociais nas áreas da infância, idosos e pessoas com deficiência - Pares - Melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas utentes de apoio domiciliário, prevenindo a institucionalização e situações de dependência.	X			X		
Prioridade II: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação: - Combater o insucesso e o abandono escolar precoce por parte dos jovens - Promover a elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta, através da criação de um sistema efectivo de formação dessa população, que mobilize, adapte e reforce os instrumentos disponíveis, designadamente na perspectiva dos grupos desfavorecidos. - Promover em todos os concelhos do Continente o acesso público gratuito à Internet, aberto e com apoio de monitores, para familiarização dos cidadãos em TIC.	X	X	X	X		
	X	X				X

PROGRAMA NACIONAL DE ACÇÃO PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO (PNACE) 2005/2008

<i>Medidas</i>	<i>EIXOS DO PDS</i>					
	I	II	III	IV	V	VI
- Domínio da Qualificação, Emprego e Coesão Social						
- Reforçar a educação e a qualificação dos portugueses e adaptar os sistemas de educação e formação às necessidades de criação de novas competências.	X	X				
- Promover a criação de emprego e atrair e reter o maior número de pessoas no emprego, prevenindo e combatendo o desemprego, nomeadamente de jovens e de longa duração.	X					
- Desenvolver o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo, a igualdade de oportunidades para todos, a reabilitação e a reinserção, a conciliação entre a vida social e profissional e a igualdade de género.	X		X			
Domínio Micro económico						
- Promover a inovação, disseminar o acesso às tecnologias da informação de forma inclusiva, explorar vantagens competitivas e reforçar a capacidade de criação de valor pelas empresas.	X					
- Promover um uso mais sustentável dos recursos naturais.	X					X
- Preservar um Estado Social dinâmico e evolutivo, promovendo a coesão social, territorial e ambiental.	X					X

PLANO NACIONAL PARA A IGUALDADE (2003/2006)

<i>Medidas</i>	<i>EIXOS DO PDS</i>					
	I	II	III	IV	V	VI
- Actividade profissional e vida familiar	X					
- Educação, Formação e informação		X	X			X
- Cidadania e inclusão social		X	X			

PLANO NACIONAL DE EMPREGO (2005/2008)

Medidas	EIXOS DO PDS					
	I	II	III	IV	V	VI
- Diminuir a taxa de desemprego global de 67.8%, em 2004, para 69% em 2008 e 70% em 2010	X					
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7%, em 2004, para 63% em 2008	X					
- Generalizar o ensino do inglês desde o 1º ciclo do ensino básico prevendo cobrir 100% dos alunos do 3º e 4º anos desse ciclo do ensino básico em 2009		X				
- Alargar o horário de funcionamento das escolas do 1º ciclo, devendo atingir todas as escolas em 2009.		X				
- Reduzir para metade o insucesso escolar nos ensinos básicos e secundários		X				
- Reduzir a saída escolar precoce das pessoas com 18-24 anos para 30% em 2008 e 25% em 2010		X				
- Abranger 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionais de nível secundário até 2010, prevendo-se abranger 365 mil até 2008		X				
- Qualificar um milhão de activos até 2010, dos quais 435 mil até 2008, através de cursos de educação e formação ou do reconhecimento, validação e certificação de competências	X	X	X			

PLANO NACIONAL CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (2003/2006)

Medidas	EIXOS DO PDS					
	I	II	III	IV	V	VI
- Informação, sensibilização e prevenção		X	X			
- Formação		X	X			
- Legislação e sua aplicação			X			
- Investigação			X			



PLANO NACIONAL CONTRA A DROGA E AS TOXICODEPENDÊNCIAS (2005-2012)

<i>Medidas</i>	<i>EIXOS DO PDS</i>					
	I	II	III	IV	V	VI
- Contribuir para uma adequada e eficaz estratégia internacional e europeia face ao problema mundial da droga, nas vertentes da redução da procura e da oferta, incluindo o combate ao tráfico ilícito e ao branqueamento de capitais. - Assegurar uma melhor informação da sociedade portuguesa sobre o fenómeno da droga e da toxicodependência e sobre a sua evolução, bem como sobre a perigosidade das diferentes drogas, numa perspectiva de prevenção. - Reduzir o consumo de drogas, sobretudo entre os mais jovens. - Defender a saúde pública e a segurança de pessoas e bens.			X			
			X			
			X			
			X	X		

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE PENEDONO

O Diagnóstico Social veio revelar alguns problemas a diversos níveis, sendo que este trabalho de planificação procura sistematizar e, principalmente, priorizar as linhas orientadoras que prevêem o desenvolvimento social local. Assim, congregando os resultados do Diagnóstico Social com as prioridades políticas – nacionais e locais –, os recursos e parceiros – públicos e privados – disponíveis, o presente documento contempla seis eixos prioritários de intervenção, que surgem numa lógica de complementaridade e se pretendem monitorizados e evidenciados com boas práticas. São eles:

- 1º Eixo** – Promoção da empregabilidade e transição para a vida activa;
- 2º Eixo** – Melhoria dos níveis educacionais da população;
- 3º Eixo** – Promoção da cidadania e integração social;
- 4º Eixo** – Melhoria da qualidade de vida da população;
- 5º Eixo** – Promoção do turismo cultural e patrimonial;
- 6º Eixo** – Consolidação das parcerias e dinamização do desenvolvimento social.

1º Eixo – Promoção da empregabilidade e transição para a vida activa

No âmbito da realização do Diagnóstico Social verificou-se que o eixo supra identificado foi reconhecido como um dos principais hiatos do concelho, devido à parca e pouco diversificada oferta de emprego e aos baixos níveis de habilitação e qualificação. A taxa de desemprego no Concelho de Penedono apresenta, valores de 9%, por sinal superiores à média da região Douro, que se situa nos 8,2%. O desemprego feminino é particularmente crítico, uma vez que parece não existir um mercado suficientemente capaz de absorver esta franja da população que, devido aos baixos índices de escolarização/qualificação, totaliza os 18,2% de mulheres sem qualquer vínculo laboral.

Apesar de se poder aferir que a população desempregada do concelho se caracteriza pelos baixos níveis de escolaridade, é um facto que existe uma pequena fatia da população residente que possui qualificação superior, pelo que a inserção no mercado de trabalho é dificultada pela sub-escolarização e pela sobre-escolarização. Parece, no entanto, que está patente uma certa desmotivação para a formação, que pode estar relacionada com diversas razões. Uma delas tem a ver com o facto de, no caso da população desempregada, a frequência num curso de formação não ser garantia de obtenção de emprego, agravada pela dificuldade de mobilidade e de acessos à mesma, como consequência das características geográficas do Concelho, interior e afastado dos principais pólos de desenvolvimento económico e social. Podem ainda apontar-se outras razões, todas elas associadas a uma ausência de cultura de aprendizagem progressiva, que constitui hoje um dos principais eixos de intenção do Plano Nacional de Emprego. Neste sentido, verifica-se que a desarticulação entre a oferta e a procura de emprego tem-se reflectido em praticas de economias familiares e de actividades de economia paralela, para que os agregados familiares com baixos recursos económicos possam subsistir.

Por outro lado, não se poderá menosprezar a população que é beneficiária de pensões e/ou subsídios sociais, visto que são estes quem correm maior risco de cair em situações de pobreza e exclusão social, bem como num círculo de dependência para com o Estado ou mesmo a família. Esta situação de dependência constitui um factor de grande vulnerabilidade, principalmente devido à exiguidade do montante das pensões, subsídio de desemprego e dos diferentes apoios sociais que, aliás, traduzem a debilidade do sistema de protecção social português.

Não menos relevante, para se compreender a relação entre o mercado de trabalho e o emprego/desemprego no concelho, é reconhecer que o mercado de trabalho exige especialização, ou seja, existe uma forte presença do sector terciário e alguma preponderância do sector secundário, nomeadamente de empresas de comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos e bens de uso pessoal e doméstico. Acrescenta-se a isso o facto de o número de

empresas e sociedades com sede no concelho ser muito reduzido o que vem, inevitavelmente, restringir a oferta de emprego e a fixação de mão-de-obra qualificada. Não obstante, cabe também às empresas incentivar o trabalho qualificante, através da formação e de uma política de higiene e segurança, potenciando, assim, os recursos humanos, para que a produtividade e qualidade do trabalho sejam incrementadas. Cada vez mais se torna indispensável motivar a população para o aumento das suas qualificações e competências para que a mesma possa fazer face às exigências do mercado de trabalho, que se encontra em permanente mutação, de forma a diminuir o risco de exclusão face à obtenção de emprego.

<i>Objectivo Geral</i>	<i>Objectivos Específicos</i>	<i>Estratégias</i>
Contribuir activamente para a redução da taxa de desemprego Ajustar as escolhas da população às necessidades do mercado	▫ Criar um mecanismo de divulgação das ofertas de emprego mais acessível à população; ▫ Promover iniciativas de informação aos empresários locais, sobre boas práticas empresariais, integração profissional e responsabilização social, entre outras; ▫ Facilitar a empregabilidade, sobretudo dos mais jovens. ▫ Conhecer/diagnosticar as reais necessidades de qualificação escolar e profissional da população; ▫ Promover acções de orientação profissional e sensibilização para as mutações de mercado junto de jovens desempregados/as; ▫ Desenvolver estratégias para dar a conhecer a realidade do mercado de trabalho local tanto para empregados e/ou desempregados como para empregadores.	▫ Articular as medidas de promoção da empregabilidade em articulação com o PNE ▫ Criar circuitos alternativos de divulgação da informação ▫ Criar condições para existir maior proximidade institucional ▫ Criar uma bolsa de emprego regional ▫ Apoiar e promover a responsabilidade empresarial ▫ Criação de uma estrutura para divulgação, orientação e encaminhamento da população desempregada ▫ Articulação das medidas locais aos objectivos do PNAI ▫ Criar mecanismos de sensibilização à população. ▫ Aprofundar os conhecimentos sobre a realidade do concelho através de um inquérito por questionário do percurso sócio-profissional de toda a população do Concelho ▫ Sensibilizar a população para a importância da educação e formação ao longo da vida. ▫ Sensibilizar a população para as constantes mutações do mercado de trabalho. ▫ Apostar na responsabilização social da população em geral. ▫ Sensibilizar a população, principalmente activos empregados, desempregados e empresários para a necessidade de constantes aperfeiçoamentos profissionais. ▫ Sensibilizar a população para a importância do trabalho qualificado e para as consequências sociais do desemprego.

Fomentar o Empowerment e o empreendedorismo	▫ Criar uma política municipal de apoio à criação do próprio emprego; ▫ Sensibilizar empresários para as potencialidades do Concelho, tendo em conta as características naturais e paisagísticas; ▫ Fomentar a rentabilização dos produtos locais; ▫ Certificar produtos tipicamente locais.	▫ Apostar no empreendedorismo ▫ Criar mecanismos de apoio a jovens e indivíduos que pretendam criar o próprio emprego ▫ Criar mecanismos de fixação da população ▫ Criar condições para o investimento e criação de novas empresas ▫ Divulgar incentivos comunitários e nacionais para a criação do próprio emprego ▫ Fomentar a criação do próprio emprego
---	---	--

Assim sendo, no domínio da *promoção da empregabilidade e transição para a vida activa*, as **preocupações** centram-se, sumariamente, em:

- Cintura industrial incipiente que não faz face à taxa de desemprego do concelho;
- Reduzida taxa de actividade da população, tanto ao nível dos desempregados pouco qualificados como dos desempregados com habilitações académicas superiores;
- Elevados níveis de desemprego desqualificado, desemprego de longa duração e trabalho precário;
- Taxa de desemprego feminina elevada;
- Localização geográfica desfavorável.

Seguindo estas orientações, o **PDS prevê**:

- Promover o dinamismo das pequenas e médias empresas, estimulando projectos empresariais em diversas áreas promovendo, assim, o emprego;
- Dar a conhecer os incentivos nacionais e comunitários para a criação do próprio emprego;
- Criar mecanismos para dar a conhecer, facilitar e divulgar o emprego, de forma a agilizar a inserção na vida activa;
- Criação de uma U.N.I.V.A. (Unidades de Inserção na Vida Activa) que facilite a empregabilidade dos mais jovens, nomeadamente aqueles que possuem

habilitações académicas superiores, bem como informar toda a população sobre o mercado de trabalho;

- Qualificação de empregados e desempregados, ao nível da formação profissional, de forma a reduzir o trabalho precário;
- Propugnar o desenvolvimento social, através da tríade educação/formação/emprego;
- Sensibilização das entidades empregadoras para a promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, através de acções de formação;
- Criação de uma bolsa de emprego;
- Facilitar a mobilidade da população residente.

Para tal, existem os seguintes **recursos** disponíveis:

- Câmara Municipal de Penedono
- Cursos tecnológicos (EB 2/3 de Penedono);
- Escolas Profissionais dos Concelhos vizinhos;
- AIRV (Associação Industrial da Região de Viseu)
- Estágios profissionais;
- IEFP – Centro de Emprego de Lamego;
- Programas ocupacionais (POC's);
- Serviço Local de Segurança Social de Penedono – Centro Distrital de Segurança Social de Viseu;
- Rede viária local e regional.

2º Eixo – Melhoria dos níveis educacionais da população

O eixo que se apresenta é encarado como transversal ao anterior, porque condiciona a inserção na vida activa e torna os indivíduos com baixas habilitações académicas mais vulneráveis ao desemprego, já que a escolaridade é um factor directamente proporcional à oportunidade de emprego. Não obstante, a (ainda insuficiente) rede de transportes assume uma preponderância fundamental, visto que condiciona em grande medida a possibilidade de mobilidade da população para a frequência de um qualquer grau de ensino e/ou curso de formação profissional.

De acordo com os dados obtidos no âmbito do Diagnóstico Social e da Carta Educativa observa-se que, apesar do reconhecido aumento de alfabetização da população, o concelho ainda possui um elevado índice de baixa instrução. Efectivamente, a população adulta e idosa apresenta como principal grau de escolaridade o 1º ciclo do ensino básico, sendo por isso as gerações mais destituídas de qualificações académicas, no concelho. No entanto, ressalva-se o facto de ser esta a fracção da população que mais frequentava o – agora extinto – Ensino Recorrente, quer por serem beneficiários do RSI ou simplesmente por se tratar de indivíduos inactivos e/ou desempregados. Associado, também, a este problema está a taxa de **abandono escolar** e a **saída antecipada da escola**, que no ano de 2005 assumiram taxas de 4,3% e 36,1% respectivamente. No entanto, a situação parece mais gravosa quando analisada a **saída precoce da escola**, uma vez que neste concelho, também no ano de 2005, 52% dos jovens entre os 18 e os 24 anos saíram antecipadamente da escola sem terem concluído o 3º ciclo e, como tal, sem terem adquirido as competências básicas e qualificações necessárias para fazer face ao mercado de trabalho.

Tudo isto, quando aliado à ausência de pró-actividade dos cidadãos, acarreta uma série de consequências interligadas, dentro das quais a dificuldade na obtenção de um emprego e/ou a integração na economia paralela e no trabalho precário, cuja remuneração é abaixo do estipulado por lei e que se reflecte, entre outras, na diminuição do poder de negociação e reivindicação, com graves reflexos ao nível familiar e social. Note-se que a importância da escola não se reflecte,

somente, na transmissão de competências básicas e profissionais mas também enquanto factor de formação e construção humana e cívica, afastando os cidadãos de situações de pobreza e exclusão social, em grande parte despoletadas pela ruptura ou ausência mais ou menos permanente do mercado de trabalho. Outro problema subjacente à fraca escolarização detectada é o reduzido acompanhamento e participação dos pais na educação escolar dos filhos, bem como nos projectos e actividades promovidas pela escola. Esta questão não está dissociada da anterior pois, de facto, o investimento dos pais na educação dos filhos depende do seu capital social, cultural e económico. Há que reconhecer, também, a necessidade de os pais serem chamados pelas escolas no sentido de participarem não só em actividades pontuais, mas na própria construção de um projecto educativo, permitindo o desaparecimento da fronteira rígida que existe entre a escola e a família, devendo estas interrelacionar-se de forma efectiva. No que concerne ao aluno, importa conhecer os seus condicionalismos materiais, físicos e psicológicos. O apoio material, o acompanhamento e a implicação dos respectivos pais no seu percurso escolar, poderão ser agentes de motivação e fomentadores de hábitos de estudo. Concomitantemente, é importante criar espaços específicos de lazer e convívio, evitando a sobrelotação de espaços e reforçar as escolas de estruturas/respostas sociais capazes de minorar as dificuldades existentes ao nível das carências elementares, como sejam a alimentação, a saúde e os meios de transporte. Assim sendo, as relações, contactos, discussões, sessões de informação e o apelo à maior participação em decisões escolares, entre pais e o corpo docente é, sem dúvida, um passo importante a dar. Em simultâneo, deve existir um esforço a nível concelhio para tentar modificar as condições materiais e de vida das famílias mais desfavorecidas e mais distantes das instituições educativas, favorecendo a sua escolarização e adaptação às necessidades da sociedade de informação actual.

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Estratégias
Reduzir as taxas de abandono e insucesso escolar	▫ Aprofundar o diagnóstico sobre o abandono e insucesso escolar no concelho ▫ Sensibilizar as crianças e jovens em idade escolar e respectivos encarregados de educação para soluções alternativas no que respeita ao processo educativo dos alunos ▫ Fomentar o gosto pelo estudo ▫ Proporcionar acompanhamento psicossocial a pais e alunos. ▫ Identificar e acompanhar as famílias com situações de abandono e insucesso escolar	▫ Fazer um levantamento do percurso sócio-formativo dos alunos das escolas do Concelho ▫ Impedir que os alunos abandonem o ensino sem qualquer tipo de ferramenta que os auxilie a entrar no mercado de trabalho. ▫ Definir anos lectivos prioritários em termos de abandono e insucesso escolar. ▫ Envolver comunidade educativa no combate ao abandono e insucesso escolar. ▫ Envolver entidades e comunidade em geral na sensibilização para a importância da educação e formação. ▫ Apostar na articulação das entidades locais. ▫ Proporcionar maior interligação/partilha de informação entre os estabelecimentos de ensino. ▫ Fomentar junto dos jovens os cursos de formação profissional ▫ Articulação de esforços com as escolas profissionais dos concelhos vizinhos ▫ Criar mecanismos de acompanhamento e orientação escolar ▫ Criar ateliers de artesanato e expressão artística ▫ Ensinar a valorizar a escola. ▫ Desenvolver responsabilidades parentais através de um acompanhamento técnico especializado das famílias mais problemáticas.
Criar mecanismos de desenvolvimento das competências parentais	▫ Realizar acções de sensibilização/responsabilização aos pais e encarregados de educação, organizadas por freguesia ▫ Promover o envolvimento pais/encarregados de educação e a escola	▫ Proporcionar a resolução do problema na própria freguesia. ▫ Articular o trabalho desenvolvido por todos os agentes educativos. ▫ Mobilizar e otimizar o trabalho desenvolvido pelas associações de pais. ▫ Criar estratégias de articulação entre a escola e os diferentes agentes educativos. ▫ Promover uma consciencialização colectiva sobre a importância da escola

No âmbito da *Melhoria dos níveis educacionais da população* apresentam-se sumariamente as **preocupações** deste concelho:

- Descontinuidades sentidas entre a trajectória escolar dos alunos e a integração no mercado de trabalho, em termos de qualificações, desempenhos e competências;
- Elevada percentagem da população com baixos níveis de escolaridade;
- Falta de uma linha orientadora do sistema educativo ajustado às características e necessidades regionais;
- Conceito negativo e atitude desinteressada e pouco empenhada das famílias face à escola;
- Taxa elevada de abandono/saída precoce da escola;
- Insuficiente número de estruturas de apoio/orientação escolar e profissional;
- Rede de transportes inter-concelhia insuficiente.

Assim, de acordo com os pressupostos anteriores, o presente documento **prevê**:

- A qualificação/formação da população activa, empregada e desempregada;
- Melhorar e generalizar as oportunidades de acesso à sociedade de informação;
- Adequação dos cursos oferecidos pelos estabelecimentos de ensino, às necessidades de emprego local e regional, com especial ênfase em cursos tecnológicos;
- Apoio psico-pedagógico à população em idade escolar;
- Melhorar a qualidade e equidade de acesso à educação pré-escolar e aos ensinos básicos;
- Diminuir o fosso entre pais/encarregados de educação, escola e comunidade;
- Melhorar a mobilidade inter-concelhia.

Para tal, os **recursos** existentes são:

- Rede pública de estabelecimentos de ensino;
- Centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (CRVCC's);
- Escolas Profissionais dos Concelhos vizinhos;
- IEFP – Centro de Emprego de Lamego;
- Conselho Municipal de Educação;
- Carta Educativa;
- Associação de pais;
- Serviço Local de Segurança Social de Penedono – Centro Distrital de Segurança Social de Viseu;
- IPSS's;
- Associações culturais e recreativas;
- Rede de transportes escolares.

3º Eixo – Promoção da cidadania e integração social

Este eixo de análise traduz a preocupação do concelho em **apoiar e investir nos grupos ditos vulneráveis**. De acordo com a recolha de informação efectuada aquando do Diagnóstico Social, identificaram-se três vectores de intervenção, que se entrecruzam nas respectivas linhas de acção. Por outras palavras, a população em geral concluiu que os *cidadãos idosos*, as *crianças e jovens em risco* e a *prevenção de comportamentos dependentes*, necessitam de uma intervenção urgente e directa.

1º Vector: Apoio à população Idosa

Nos últimos tempos, temos assistido a um envelhecimento progressivo da população, realidade da qual emergem novos problemas aos quais é necessário dar resposta, dada a vulnerabilidade deste grupo etário. A população idosa, pela idade, torna-se factor de vulnerabilidade a situações de exclusão, na medida em que está exposta a situações de risco social e dependência económica e social. Estes e outros problemas muito contribuem para o seu isolamento. Face a estas carências é necessário criar um conjunto de medidas de apoio à população idosa que passa,

entre outros, por apoio domiciliário a diversos níveis, através de uma bolsa de voluntários. Esta situação afigura-se como a mais vantajosa pois estamos inseridos num contexto rural em que a institucionalização é dificilmente aceite e que a falta de cuidados básicos de alimentação e higiene são descurados por falta, muitas vezes, de capacidades físicas e psicológicas dos idosos.

A solidão sentida por alguns idosos do concelho e a negação em ingressar num lar faz com que para muitos a noite se torne difícil, sobretudo para os que têm problemas de saúde. Assim, um centro nocturno seria uma possível resposta para estes casos, em que durante o dia poderiam exercer as suas actividades habituais, e passariam a noite no referido centro, para que qualquer situação de risco fosse mais facilmente salvaguardada.

2º Vector: Crianças e jovens em risco

No vector em análise pretende-se focar o estudo em crianças e jovens que, por algum motivo, não se sintam enquadradas na comunidade a que pertencem, e pela falta de dados sobre esta problemática, uma vez que não existe uma Comissão de Protecção a Crianças e Jovens. Pelas razões óbvias, o objectivo prende-se com aqueles que apresentem sinais de maus-tratos ou negligência e/ou que possuem necessidades educativas especiais e que, muitas vezes, se reflectem na dificuldade em criar laços com outros ou até aquilo que vulgarmente se denomina por *viver em comunidade*. Devido a défices de competências e/ou capacidades, estas crianças e jovens conhecem desde cedo o estigma de não poderem usufruir da igualdade de oportunidades, aumentando, em consequência, os riscos de isolamento e exclusão social. Para minimizar a dita «rotulagem», são criadas equipas multidisciplinares, compostas por psicólogos, professores, pais/encarregados de educação e outros técnicos especializados que, através de acções específicas, tentam promover a inclusão das crianças e jovens, apostando no desenvolvimento cognitivo e de competências dos mesmos. Neste sentido, para além das adaptações curriculares efectuadas, de forma a moldar os conteúdos programáticos às capacidades das crianças e jovens, é essencial estimular a incorporação dos mesmos em actividades lúdico-recreativas. Só assim é possível esquematizar uma linha de acção que venha facilitar a inclusão e a pró-actividade

dos jovens para que estes não se sintam como parte integrante do rol de estigmatizados da sociedade actual, que é cada vez mais exigente e se encontra em permanente mutação. O objectivo será impulsionar este tipo de iniciativas que formam e preparam as gerações mais novas para que, no futuro, as mesmas se reconheçam como cidadãos úteis, integrados e realizados.

3ª Vector: Prevenção de comportamentos dependentes

Também no âmbito do Diagnóstico Social ficou claro que a dependência a substâncias aditivas, tais como o álcool e todo o tipo de drogas, é uma realidade cada vez mais presente e, ao mesmo tempo, cada vez mais camuflada. Primeiramente, não existe a admissão do doente, ou seja, o próprio não assume que possui uma doença e que, para tal, carece de tratamento. Dá-se também o caso de, após a admissão do doente e do consequente tratamento, o mesmo vem reiterar o consumo destas substâncias, quer por voltar ao seu habitat natural, quer por sintomas de depressão, associados ao estigma de ter sido um doente dependente. Quer num ou noutro caso, é urgente um maior acompanhamento destas situações, tanto no encaminhamento para o respectivo tratamento, como no apoio psicossocial ante e posterior ao mesmo. É, então, inevitável incrementar este apoio psicológico e social, em parceria com as diferentes instituições – públicas e privadas – do concelho, para se poder fazer face ao índice de dependentes aqui residentes. Concomitantemente, é necessário consciencializar a comunidade de que estes comportamentos são patológicos e sensibilizá-la para a necessidade de integração destes indivíduos, porque a igualdade de oportunidades não é somente aplicável à diferença entre géneros. A prevenção junto dos mais jovens é também uma acção fulcral, visto que, desde cedo têm um contacto directo com o álcool, não só por factores culturais e regionais mas também por factores familiares, tornando-se o problema do alcoolismo quase uma “herança” familiar, despoletando noutros problemas sociais como a violência doméstica.

<i>Objectivo Geral</i>	<i>Objectivos Específicos</i>	<i>Estratégias</i>
Aumentar as respostas de apoio à população idosa	▫ Identificar as reais necessidades da população idosa ▫ Implementar um sistema de apoio à resolução de pequenas necessidades para pessoas idosas, portadoras de deficiência e carenciados ▫ Minimizar os potenciais riscos do isolamento social dos idosos sem retaguarda familiar ▫ Evitar a “morte social”¹	▫ Aprofundar o conhecimento das condições habitacionais, sociais e psicológicas deste grupo através de um inquérito por questionário ▫ Facilitar o acesso dos mais idosos a bens e serviços indispensáveis para o seu dia-a-dia, facilitando-lhes a mobilidade física ▫ Articular esforços entre IPSS’s e Associações para a criação de actividades para ocupação de tempos livres ▫ Sensibilizar as Juntas de Freguesia para a necessidade de sinalizar situações de risco no seio da comunidade ▫ Criação de uma estrutura que garanta a segurança e bem-estar dos idosos durante a noite ▫ Permitir que os idosos mantenham as suas tarefas diárias habituais ▫ Proporcionar formação às famílias com idosos a cargo, dando-lhes as noções básicas de boas práticas para tratar dos idosos ▫ Promover a formação aos funcionários das instituições vocacionadas para este grupo ▫ Criação de um equipamento social que acolha idosos em situação de dependência (UAI) ▫ Criar uma bolsa de voluntários para apoiar idosos que moram sozinhos ▫ Potenciar e valorizar espaços existentes nas freguesias criando um local de convívio para idosos ▫ Promover o cruzamento de experiências através da visita semanal das crianças e jovens das escolas aos lares e centros de dia do Concelho para desenvolverem actividades lúdicas em conjunto.
Integrar socialmente crianças e jovens em risco	▫ Formar uma equipa técnica para sinalização e encaminhamento de situações de risco, tanto de crianças e jovens ▫ Delinear territórios de intervenção	▫ Articular recursos: Agrupamento Vertical de Escolas/Segurança Social/Câmara Municipal/G.N.R./Centro de Saúde para a identificação de situações de risco ▫ Dotar de competências parentais famílias destruturadas ▫ Observar “in loco” as condições habitacionais e sócio-

- ¹ A morte social: Presos, marginalizados, terceira idade, todos os que não desempenham um papel activo na sociedade desenvolvem sentimentos de anonimato, sentindo que não fazem parte de seu contexto.

	prioritários ▪ Sinalizar e encaminhar situações de risco ▪ Promover a igualdade de oportunidade para crianças e jovens em risco de exclusão ▪ Desenvolver competências e capacidades de crianças com défices cognitivos e de aprendizagem	afectivas de crianças e jovens sinalizados para futuro encaminhamento para instituições com competências para intervir ▪ Desenvolver actividades Lúdico-pedagógicas inclusivas com a finalidade da promoção pessoal e inter-pessoal ▪ Criar uma estrutura integrada de acompanhamento psicossocial para crianças e jovens em risco e famílias
Intensificar a intervenção no que respeita à prevenção, tratamento e reinserção de situações de dependentes de álcool e drogas	▪ Criar de um plano Municipal de Prevenção da toxicodependência ▪ Criar uma base de dados local sobre esta problemática ▪ Criar grupos de proximidade para implementar respostas de prevenção e sensibilização ▪ Informar para prevenir e intervir	▪ Criar políticas municipais de prevenção e erradicação das toxicodependências ▪ Fazer um levantamento sobre os comportamentos e hábitos de consumo da população em idade escolar do Concelho ▪ Intensificar a sensibilização no terreno ▪ Apostar na sensibilização adequada a grupos específicos para comportamentos e hábitos saudáveis ▪ Promover acções de sensibilização/ informação para a população em geral ▪ Articular os serviços de saúde (Centro de Saúde e UP-CAT Viseu) com as escolas do Concelho de Penedono de forma a sensibilizar e informar a população mais jovem ▪ Informar a população sobre as respostas de tratamento oferecidas pela saúde
Reforçar medidas de combate à violência doméstica	▪ Apostar na prevenção de situações de violência doméstica ▪ Sinalizar e encaminhar situações de violência doméstica para as autoridades competentes ▪ Criar mecanismos de resposta para vítimas de violência doméstica	▪ Articular Câmara Municipal/Segurança Social/G.N.R/meios de comunicação social/Centro de Saúde para unir esforços no sentido de sinalizar e prevenir situações de violência doméstica ▪ Apostar da sensibilização como meio preventivo. ▪ Responsabilizar entidades e comunidade em geral para o facto da violência doméstica ser crime ▪ Envolver e programar o trabalho de grupo e o enriquecimento multidisciplinar. ▪ Contribuir para a educação/formação da sociedade civil através de acções de formação e sensibilização e workshops relacionados com o tema.

Assim sendo, no domínio da *promoção da cidadania e integração social*, as **preocupações** centram-se, sumariamente, em:

- Significativo número de pessoas idosas sem apoio familiar e com poucos recursos económicos;
- Falta de dados relativos a crianças e jovens sinalizados como estando em situação de risco;
- Existência de um número significativo de indivíduos que consomem substâncias aditivas, sobretudo álcool;
- Falta de acompanhamento psicossocial a grupos vulneráveis à exclusão social;
- Formação de estereótipos relativos aos grupos mais vulneráveis, quer ao nível das entidades empregadoras como da própria sociedade.

Neste sentido, o **PDS prevê**:

- O lançamento de acções de sensibilização/informação para a eliminação de barreiras arquitectónicas, em serviços públicos e privados;
- Criação de um centro nocturno para idosos que não possuam retaguarda familiar;
- Criação de uma bolsa de voluntários para apoio domiciliário, ou apenas para companhia de idosos;
- Formação de uma equipa técnica para sinalização e encaminhamento de situações de risco, tanto de crianças e jovens como de idosos;
- Promover o cruzamento de experiências através da visita semanal das crianças e jovens das escolas aos lares e centros de dia do Concelho para desenvolverem actividades lúdicas em conjunto;
- Reforço da intervenção precoce e de medidas para a integração sócio-profissional de jovens em risco;
- Promoção de actividades lúdicas para crianças e jovens em risco, com o apoio das várias instituições locais;
- Formação de técnicos locais sobre a temática dos comportamentos dependentes;
- Proporcionar acções de sensibilização e campanhas de prevenção sobre o consumo de substâncias aditivas, em especial o álcool;

- Criação de estruturas integradas de apoio ao alcoolismo, nomeadamente ao nível das consultas especializadas;
- Constituição de um sistema de atendimento integrado, de modo a fazer face às problemáticas dos idosos, dependências e crianças e jovens em risco.
- Apostar na prevenção de situações de violência doméstica;
- Sinalizar e encaminhar situações de violência doméstica;
- Criar mecanismos de resposta para vítimas de violência doméstica;

Os **recursos** disponíveis são:

- Autarquia local;
- Centro de Saúde;
- Agrupamento Vertical de Escolas Álvaro Coutinho “O Magriço”;
- Serviço Local de Segurança Social de Penedono – Centro Distrital de Segurança Social de Viseu;
- G.N.R.;
- Instituto Português da Juventude;
- Associação de Pais;
- IPSS's locais;
- Legislação vasta e actual relativa à problemática da população idosa;
- Legislação vasta e actual relativa à problemática das crianças e jovens em risco;
- Apoio técnico do CAT Viseu (Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Viseu da Unidade de Prevenção de Viseu) e do IDT (Instituto da Droga e da Toxicodependência);
- Espaços associativos susceptíveis de serem adaptados para a ocupação da população idosa.

4º Eixo – Melhoria da qualidade de vida da população

A denominação deste eixo é, já por si, bastante abrangente, pelo que aqui se incorporam diversas temáticas que se pensam directamente associadas ao incremento da qualidade de vida dos habitantes do concelho de Penedono. Por isso mesmo, esta linha de análise surge subdividida em dois vectores, cujas dinâmicas e

medidas de acção são diferentes mas que culminam no mesmo objectivo: enriquecer e positivar a forma de estar e viver em comunidade.

1º Vector: Melhoria das condições habitacionais

Na sequência dos inquéritos realizados aos vários presidentes de junta de freguesia, o parque habitacional do concelho ainda necessita de alguma intervenção, não tanto pela falta de habitações, mas sim pelo número de casas degradadas e/ou abandonadas existentes. Foi também referenciado pelos mesmos um grande desleixo dos proprietários em não manterem as habitações salubres e conservadas ou, pura e simplesmente, deixarem-nas ao abandono. Para evitar essas situações, e seguindo as linhas de acção de projectos anteriores realizados no concelho, é de todo importante educar e sensibilizar a população para a erradicação de tais atitudes, por forma a manter o parque habitacional «saudável» e aprazível. Por outro lado, nos casos em que as habitações se encontrem degradadas por falta de fundo de maneio dos seus proprietários/residentes, existem projectos específicos para esses fins, cujos custos de manutenção/restauro são suportados por outras instituições. Assim sendo, há que fomentar e divulgar os recursos disponíveis para o efeito para que se promovam competências sociais de base nas famílias e as permita reformular a forma de vida, incrementando-a e reduzindo os riscos de exclusão social.

2º Vector: Criação de zonas de lazer:

No concelho são imensos os recursos naturais e patrimoniais e reduzida a sua rentabilização. Destaca-se a parca existência de zonas de lazer e o reduzido aproveitamento das estruturas culturais e recreativas já existentes. Na recolha de informação efectuada aos Presidentes de Junta, por meio de questionário, verificou-se um grande desejo em criar mais zonas de lazer e parques verdes, adaptados às necessidades de crianças, jovens e idosos, distribuído pelas diferentes freguesias do concelho. Ao conceber estes espaços e rentabilizando estruturas específicas para o efeito, poder-se-á efectuar mais actividades lúdico-pedagógicas que fomentarão o convívio e, conseqüentemente, prevenirão os riscos de isolamento e exclusão social. Associado a este vector está a preocupação, também demonstrada pela

população, pela preservação do meio ambiente. A poluição da água e das zonas verdes impedem o potenciamento dos ditos recursos naturais e vêm diminuir a qualidade de vida dos cidadãos. Urge, então, a necessidade de sensibilizar a população para o tratamento de resíduos sólidos e para a erradicação das descargas ambientais, feitas de forma leviana, nem que para tal seja necessário implementar regulamentos municipais que obriguem a penalização desses actos. No entanto, agora e mais do que nunca, existe uma grande preocupação pelo meio ambiente, pois os cidadãos estão cada vez mais consciencializados de que está nas suas mãos cuidarem do espaço que os envolve, pelo que se considera que o primeiro passo está, efectivamente, dado.

<i>Objectivo Geral</i>	<i>Objectivos Específicos</i>	<i>Estratégias</i>
Melhorar o parque habitacional do Concelho	▫ Educar e sensibilizar a população para a manutenção salutar das suas habitações ▫ Reformar o parque habitacional degradado ▫ Implementar um sistema de apoio à resolução de pequenas necessidades para pessoas idosas, portadoras de deficiência e carenciados	▫ Fazer um levantamento das necessidades habitacionais à população do Concelho de Penedono ▫ Promover a divulgação de programas de apoio à recuperação habitacional ▫ Criar condições para as famílias em situação de carência económica/ idosos e/ou pessoas portadores de deficiência com vista a melhorarem as suas condições habitacionais ▫ Implementação de projectos com a finalidade de proporcionar à população competências básicas para a manutenção e gestão da habitação ▫ Envolver comunidade em geral para a melhoria do parque habitacional local
Requalificar e rentabilizar espaços naturais, de lazer e recreio	▫ Aproveitar e re-habilitar espaços verdes “esquecidos” nas várias freguesias ▫ Fomentar a coesão social e o convívio através do uso de espaços de recreio e lazer subaproveitados ▫ Sensibilizar a população para a questão ambiental como garante do bem-estar das gerações vindouras	▫ Desenvolver acções de sensibilização para a importância da protecção do ambiente e da reciclagem ▫ Envolver a população em actividades lúdicas que rentabilizem espaços de recreio e lazer pouco usados ▫ Promover a reflorestação de espaços verdes fustigados pelos incêndios tornando-os locais de convívio, lazer e recreio saudáveis ▫ Descentralizar a realização de actividades culturais e desportivas para os vários espaços das freguesias do concelho ▫ Sensibilizar os empresários para os efeitos ambientais de algumas práticas que atentam contra a natureza

De uma forma sintética, as **preocupações** sobre este eixo manifestam-se, basicamente, em:

- Baixos recursos financeiros das famílias face às despesas inerentes à habitação, o que origina diminuição acentuada das condições habitacionais;
- Elevado número de habitações degradadas no concelho;
- Zonas verdes com grande potencial que se encontram subvalorizadas;

Assim sendo, o PDS **prevê**:

- Recurso a programas de custos controlados para reformar o parque habitacional degradado;
- Implementação de projectos com a finalidade de proporcionar à população competências básicas para a manutenção e gestão da habitação;
- Restauro de habitações devolutas;
- Criação de mais zonas verdes, como jardins infantis;
- Criação de espaços de lazer para a população em geral, aproveitando as associações culturais e recreativas do concelho;
- Realizar acções de informação para sensibilizar a população para a separação de lixo e para a supressão de atitudes inimigas do ambiente, como as descargas em meio líquido e depósitos de detritos em local ilícito;

Para facilitar a instituição destas medidas, o concelho dispõe dos seguintes **recursos**:

- Autarquia;
- Programa Solarh;
- Serviço Local de Segurança Social de Penedono – Centro Distrital de Segurança Social de Viseu;
- IPSS's;
- Centro de Saúde;
- Associações culturais e recreativas;
- Bombeiros Voluntários do Concelho de Penedono;
- G.N.R;
- Recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais.

5º Eixo – *Promoção do turismo cultural e patrimonial*

Entre os eixos de intervenção estratégica temos os recursos patrimoniais e culturais do concelho. Como já foi mencionado no presente documento e também no Diagnóstico Social, esta é uma região privilegiada em termos de recursos, o que pode ser considerado factor de eleição para promover o desenvolvimento local. Já existem, inclusivamente, investimentos nesta área que se podem revelar bastante rentáveis, o que corrobora a ideia de que as iniciativas futuras serão, certamente, bem sucedidas. O turismo de habitação e a possibilidade de criação de um complexo turístico (Quinta da Retorta) são oportunidades efectivas de promoção e potenciamento do concelho, em geral, e da qualidade de vida dos cidadãos, em particular. Aliado à vertente diga-se, comercial, surge a riqueza em património histórico e arquitectónico, materializada nos mais diversos edifícios e estruturas e cujo meio envolvente lhe dá um encanto peculiar, sendo este um dos motivos pelos quais a Vila – e o concelho – é procurado pelos visitantes, nacionais e estrangeiros. Associado a este património surge, inevitavelmente, a questão cultural subjacente, ou seja, as figuras célebres do Estado e da Nação (Álvaro Coutinho, o “Magriço”, por exemplo), imortalizadas no concelho que as viu nascer. Por outro lado destacam-se, também, as festividades que ocorrem durante todo o ano, sobretudo durante o Verão, e que são caracterizadas pelo folclore, dança, artesanato e gastronomia, típicos da região.

Face ao exposto, há que potenciar todos os recursos, já explorados e por explorar, porque o desenvolvimento de uma região também depende das atracções turísticas proporcionadas aos visitantes e aos próprios cidadãos. São elas que impulsionam o fluxo de turistas, o comércio, a rentabilização de espaços, instituições e serviços e até a migração.

<i>Objectivo Geral</i>	<i>Objectivos Específicos</i>	<i>Estratégias</i>
Preservar a História e o Património do Concelho	▫ Recuperar e proteger o património edificado enquanto símbolo físico da identidade cultural do Concelho ▫ Valorizar e recuperar “memórias” e tradições	▫ Inventariar todos os monumentos do Concelho, catalogando-os de acordo com a época histórica de cada um e referir o estado de conservação em que se encontram; ▫ Recuperar locais e monumentos históricos tendo em

		conta os projectos comunitários e nacionais para essa finalidade; ▫ Fazer um levantamento das lendas e tradições de todo o Concelho envolvendo os mais jovens na recuperação das tradições do Concelho. ▫ Sensibilizar a comunidade local para a necessidade de preservação da riqueza patrimonial existente;
Divulgar o Concelho através do Património	▫ Promover acções que divulguem o Concelho a nível regional, nacional e transnacional ▫ Criar e divulgar uma imagem de marca do Concelho	▫ Criar produtos turísticos visualmente, qualitativamente e monetariamente atractivos para o turista; ▫ Promover rotas turísticas inter concelhias para que o Concelho seja um local de passagem e/ou estadia obrigatório a nível regional; ▫ Criar percursos turísticos e rotas temáticas, como por exemplo percursos pedestres pelos locais mais emblemáticos das freguesias; ▫ Sinalizar e reportar o significado de cada monumento e local com importância histórica; ▫ Promover feiras, workshops, festas, que divulguem o Concelho e os seus produtos, apostando numa imagem de marca e no poder de divulgação dos mass media; ▫ Articular esforços junto das Associações e IPSS's locais para a divulgação do Património concelhio, através, por exemplo, de intercâmbios; ▫ Estabelecer protocolos com entidades, como por exemplo o IPJ, o INATEL, etc. para divulgarem o Concelho nos seus serviços.
Desenvolver uma economia promovendo o empreendedorismo associada à fixação de pessoas	▫ Criar mecanismos de promoção e escoamento dos produtos locais de qualidade (realização de Feiras, Festas, Lojas de Artesanato, Cooperativas, ...) ▫ Criar estruturas de apoio ao turista ▫ Apreender o turismo como alternativa económica para o desenvolvimento do Concelho	▫ Criar mais estruturas de apoio ao turismo e alargamento da capacidade de resposta das existentes, nomeadamente a nível de hotelaria, restauração e postos de informação turística; ▫ Desenvolver actividades culturais periódicas no concelho, que promovam um maior fluxo e permanência mais prolongada de visitantes/turistas no concelho; ▫ Promover feiras, workshops, festas que divulguem o Concelho e os seus produtos, apostando numa imagem de marca e no poder de divulgação dos mass media; ▫ Tornar a actividade turística neste concelho mais profissional através da legalização de alguns

		estabelecimentos; ▫ Certificar produtos locais, como a castanha e/ou produtos resultantes da sua transformação; ▫ Promover cursos de Formação Profissional em áreas estratégicas para o concelho, por exemplo de Vitrinismo e Merchandising; ▫ Melhorar a imagem e a atractividade de muitos estabelecimentos comerciais do Concelho de forma a estimular a compra por impulso, por parte dos turistas e visitantes; ▫ Envolver a população na criação de uma prática de acolhimento turístico de qualidade como referência para o Concelho; ▫ Fomentar a articulação entre a gestão dos pontos de atracção histórica e arquitectónica, a animação sócio-cultural e a oferta de um conjunto de serviços de iniciativa privada (comércio e restauração), de modo a se reunirem condições de aliar as compras ao lazer.
--	--	--

Neste sentido, as **preocupações** reflectem-se em:

- Parco investimento económico público e privado;
- Escassa divulgação do concelho, em matéria de actividades culturais e recreativas;
- Reduzida rentabilização da herança cultural existente no concelho;
- Património edificado mal preservado e divulgado.

Assim sendo, em matéria de recursos patrimoniais e culturais, o PDS **prevê**:

- Potenciar e dinamizar iniciativas e/ou investimentos recorrendo, para tal a organismos público e privados;
- Criação de mais estruturas para dar a conhecer ao público a herança cultural do concelho (museus, exposições, feiras, entre outros);
- Maior e melhor divulgação das características, actividades e recursos do concelho, através dos meios de comunicação social, regional e nacional, Internet e outdoors;

- Apostar numa maior divulgação turística dos monumentos existentes em todo o Concelho de Penedono, tornando-os locais de visita obrigatória para todos os visitantes à Região Douro;
- Criação de percursos turísticos e de itinerários para facilitar a mobilidade.

Como tal, temos os seguintes **recursos**:

- Câmara Municipal;
- Juntas de Freguesia;
- Serviços Municipais de cultura e turismo;
- Associações culturais, desportivas e recreativas;
- Monumentos e património religioso;
- AIRV;
- IPJ (Instituto Português da Juventude);
- INATEL (Instituto Nacional de Aproveitamento de Tempos Livres);
- IPQ (Instituto Português da Qualidade).

6º Eixo – Consolidação das parcerias e dinamização do desenvolvimento social

As problemáticas diagnosticadas a este nível prendem-se com a inexistência de uma política de desenvolvimento social integrada. O associativismo não se circunscreve à promoção de actividades desportivas e recreativas, tem também uma forte dimensão social, que se materializa no apoio à infância e terceira idade, por meio de lares, centros de dia e ATL's. Neste sentido, e à semelhança do exposto no eixo de análise anterior, há que fomentar uma dinâmica cultural, de forma a evitar o abandono e/ou a degradação dos equipamentos concelhios existentes. As parcas competências destes agentes, enquanto promotores de desenvolvimento local, é um problema visível que se reflecte na dificuldade em estabelecer parcerias e na escassez de espírito de iniciativa. Assiste-se, concomitantemente, a um subaproveitamento das instalações físicas de algumas instituições que poderiam ser rentabilizados com a realização de actividades e serviços destinados a prover respostas para a comunidade. Há que instituir uma política de articulação associativa, capaz de rentabilizar os recursos humanos e materiais de forma sustentada e integrada. Poder-se-ia, por exemplo, descentralizar serviços públicos de

atendimento (Autarquia, Centro de Saúde, Centro de Emprego, entre outros) e fomentar acções sociais a realizar nessas associações, como a implementação de bancos de recolha de bens em espécie, geridos e distribuídos pelos cidadãos afectos a estas colectividades contando, obviamente, com o apoio da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e IPSS's locais.

<i>Objectivo Geral</i>	<i>Objectivos Específicos</i>	<i>Estratégias</i>
Apostar na formação dos recursos humanos e na uniformização de respostas sociais	- Elaborar um levantamento das necessidades formativas dos parceiros da Rede Social - Desenvolver um programa de formação em constante actualização	- Apostar no enriquecimento dos recursos humanos. - Promover a uniformização das práticas sociais. - Desenvolver a transparência e a articulação do funcionamento organizacional. - Apostar em áreas de formação inovadoras, como as novas tecnologias de informação e gestão de recursos humanos.
Desenvolver dispositivos para operacionalizar o funcionamento das redes	- Criar mecanismos de divulgação do programa rede social e de dinamização de parcerias - Criar um sistema de articulação/intercâmbio entre as entidades com intervenção de carácter social	- Assegurar a divulgação do programa Rede Social. - Mobilizar os parceiros e recursos. - Assegurar a comunicação institucional e a partilha da informação. - Partilhar tarefas e otimizar as respostas.
Criar um plano de comunicação e informação na Rede Social de Penedono	- Desenvolver uma plataforma de informação comum aos parceiros. - Criar um Sistema de informação local de actualização permanente do diagnóstico social do concelho.	- Sensibilizar os parceiros para a necessidade da troca de informação. - Rentabilizar as formas de comunicação já existentes e criação de novas. - Envolver as instituições e respectivos recursos humanos. - Proporcionar respostas articuladas e complementares. - Promover a partilha da informação e de experiências.

Assim, as **preocupações** sentidas no concelho são:

- Insuficiente envolvimento das entidades parceiras;
- Ausência de uma plataforma de informação comum aos parceiros;
- Falta de dinamização das associações por escassez de espírito empreendedor;
- Défice de articulação entre as diferentes associações do concelho;

- Sub-aproveitamento das estruturas desportivas e recreativas existentes no concelho.

- Escassez de recursos.

Neste sentido, o PDS **prevê**:

- Sensibilizar e dotar de competências os dirigentes institucionais, no âmbito das estratégias para o desenvolvimento social integrado;

- Criar serviços de atendimento ao munícipe, quer nas Juntas de Freguesia, quer nas associações, através da descentralização de alguns serviços;

- Articulação com o Centro de Saúde, de forma a realizar rastreios (diabetes, colesterol, tensão arterial, entre outros) nas freguesias do concelho;

- Revitalização dos espaços públicos, a nível concelhio

- Promover iniciativas conjuntas para fomentar a articulação entre as associações.

Para tal, os **recursos** existentes são:

- Associações Culturais e Recreativas (num total de 23);

- Câmara Municipal;

- Juntas de Freguesia;

- Serviço Local de Segurança Social de Penedono – Centro Distrital de Segurança Social de Viseu;

- IPSS's;

- Espaços Municipais de cultura e lazer;

- Centro de Saúde;

- G.N.R;

- Agrupamento Vertical de Escolas Álvaro Coutinho “O Magriço”;

- AIRV (Associação Industrial da Região da Viseu);

- IEFP – Centro de Emprego de Lamego.

CONCLUSÃO DO PDS

Este Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Penedono representa um primeiro esforço colectivo por parte das diversas entidades, com intervenção social.

A sua implementação no terreno tem-se mostrado deveras necessária. No entanto, é importante também avaliar essa implementação por forma a ter um feedback sobre as medidas implementadas, pois só dessa forma se consegue medir a eficiência e eficácia do mesmo e tomar medidas correctivas ou proceder a alterações mais ajustadas ao desenvolvimento do concelho de Penedono.

Para acompanhar a monitorização do Plano de Desenvolvimento Social é pertinente que o Núcleo Executivo (se assim se definir) acompanhe acções, medidas e projectos para verificar se estão a ir ao encontro das necessidades locais, como previsto, ou se é necessário proceder a alguma adaptação. Assim é premente que o grupo vá acompanhando e apresentando o planeado e o executado, para dessa forma ter um fio condutor do trabalho desenvolvido em termos da Rede Social. Desta forma, o próprio núcleo acompanhará e redesenhará as medidas a estruturar ou a acrescentar, se necessário.

Esta postura atenta do Núcleo Executivo do CLAS tem como objectivo fazer uma avaliação construtiva das medidas que se vão implementando. Esse acompanhamento operacionalizar-se-á através de relatórios periódicos que serão dados a conhecer nas reuniões de núcleo e de CLAS.

A par com este acompanhamento permanente é pertinente a realização de uma avaliação final do trabalho desenvolvido. Essa avaliação será feita pelo mesmo grupo e pelos elementos do CLAS e será um documento orientador do trabalho social a desenvolver em acções futuras. Podemos ainda, estudar a possibilidade de se realizar algum tipo de avaliação externa, com a finalidade de termos uma perspectiva clara, feita por alguém externo, acerca do trabalho desenvolvido. Pois é controlando a monitorização e avaliação do PDS que podemos conhecer melhor para dar uma resposta cada vez melhor.

BIBLIOGRAFIA

- PNAI (2006-2008), Plano Nacional de Acção para a Inclusão;
- PNE (2005-2008), Plano Nacional de Emprego;
- ENDS (2005-2015), Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável;
- PNI (2003-2006), Plano Nacional para a Igualdade;
- PNCVD (2003-2006), Plano Nacional de Luta Contra a Violência Doméstica;
- PNACE (2005-2008), Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego;
- PNLCDT (2005-2012), Plano Nacional de Luta contra as Drogas e Toxicodependência;
- Decreto-Lei nº 115/2006, de Junho de 2006, Diário da Republica, I Série –A